

Transtorno espectro autista na escola

Autistic spectrum disorder at school

Trastorno del espectro autista en la escuela

Recebido: 16/12/2020 | Revisado: 18/12/2020 | Aceito: 23/12/2020 | Publicado: 27/12/2020

Graziela Cristina Jara

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8023-9921>

Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, Brasil

E-mail: grazijarasantos@gmail.com

Caroline Xavier Siqueira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7819-6531>

Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, Brasil

E-mail: carolxavierae@gmail.com

Dorismar Recaldes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6595-5017>

Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande, Brasil

E-mail: doris_re_@hotmail.com

Ivanio Folmer

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7433-6434>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: ivaniofolmer@yahoo.com.br

Gabriella Eldereti Machado

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5908-4753>

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: gabriellaeldereti@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como objeto de estudo o tema do Transtorno do Espectro Autista na escola, no qual é realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo analítico e com base na literatura existente em diversos autores que contextualiza o Transtorno Espectro Autista na escola. Tendo como objetivo geral analisar transtorno espectro autista na escola por meio dessa análise de referencial teórico. Apresentado como objetivos específicos: o estudo do Autismo, seu princípio e conceito; o conceito de definição do Autismo; e o espaço da

escola e o ensino regular para o aluno Autista. Os resultados produzidos pela pesquisa evidenciam o que a escola pode oferecer na educação e inclusão em relação ao autismo, sendo possível a integração social, a inclusão dos alunos com transtornos dos espectros autistas no âmbito educacional, pois a convivência social facilitará o acesso aos bens e serviços coletivos, eliminando obstáculos e as formas de discriminação.

Palavras-chave: Autismo; Escola; Educação.

Abstract

This article has as its object of study the theme of Autistic Spectrum Disorder at school, in which it is carried out through a bibliographic research, of an analytical descriptive character and based on the existing literature by several authors that contextualizes Autistic Spectrum Disorder at school. With the general objective of analyzing autistic spectrum disorder at school through this analysis of theoretical framework. Presented as specific objectives: the study of Autism, its principle and concept; the concept of defining Autism; and the school space and regular education for the Autistic student. The results produced by the research show what the school can offer in education and inclusion in relation to autism, making social integration possible, the inclusion of students with autism spectrum disorders in the educational field, as social coexistence will facilitate access to goods and collective services, eliminating obstacles and forms of discrimination.

Keywords: Autism; School; Education.

Resumen

Este artículo tiene como objeto de estudio la temática del Trastorno del Espectro Autista en la escuela, en el que se realiza mediante una investigación bibliográfica, de carácter analítico descriptivo y basada en la literatura existente de varios autores que contextualiza el Trastorno del Espectro Autista en la escuela. Con el objetivo general de analizar el trastorno del espectro autista en la escuela a través de este análisis de marco teórico. Presentados como objetivos específicos: el estudio del Autismo, su principio y concepto; el concepto de definir el autismo; y el espacio escolar y educación regular para el alumno autista. Los resultados arrojados por la investigación muestran lo que la escuela puede ofrecer en educación e inclusión en relación al autismo, posibilitando la integración social, la inclusión de estudiantes con trastornos del espectro autista en el ámbito educativo, ya que la convivencia social facilitará el acceso a bienes y servicios. servicios colectivos, eliminando obstáculos y formas de discriminación.

Palabras clave: Autismo; Colegio; Educación.

1. Introdução

É válido destacar que o Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) está relacionado ao Transtorno Espectro Autista, ao Transtorno ou Síndrome de Asperger e a Síndrome de Rett (BRASIL, 2010). Todas essas síndromes estão relacionadas ao comportamento para que essas possam ser diagnosticadas são necessárias observações e acompanhamento do seu desenvolvimento.

Nos dias atuais, vive-se uma época em que todos os ambientes devem trabalhar com a inclusão, principalmente no ambiente escolar, pois é no mesmo, que o indivíduo é preparado para viver em sociedade. A inclusão é muito mais que o inserir, é mais do que o simples fato de matricular na escola. A inclusão para realmente fazer jus à palavra dita, precisa acompanhar uma preparação tanto do próprio professor quanto da escola, que é de grande importância para o desenvolvimento da criança, pois não é o indivíduo autista como aqui é estudado que deve adaptar-se ao ambiente, mas sim o ambiente que deve ser adaptado as necessidades do aluno escola, pois já, há leis que determinam esta afirmação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 (BRASIL, 1996), Eca – Estatuto da Criança e Adolescente lei nº 8.069/1990 art.53 (ECA, 2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva portaria nº 948/2007 (2008) e Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei nº 12.764 (27 de dezembro de 2012).

A importância do tema abordado Transtorno Espectro Autista deu-se razão o entendimento desse processo da inclusão do aluno autista na escola regular, pois, o ensino inclusivo é um direito conquistado e é dever da sociedade aceitar e respeitar essas diferenças, já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 (BRASIL, 1996), se dedica um capítulo inteiro para Educação Especial:

Capítulo V Da Educação Especial Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; IV -

educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

A respeito dos seus direitos, pode-se destacar a Constituição Federal de 1988 que dedica à Educação, no Art. 208: “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de [...] seção III - o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988). Também se pode realçar o “compromisso para com a educação para todos”, referente à Declaração de Salamanca (1994), que assegura “a necessidade e urgência do providencialmente de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino [...]”. Diz respeito à educação especial:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (Declaração De Salamanca, 1994, p. 1).

No processo de escolarização e de inclusão escolar, a escola e os professores precisam envolver-se e responsabilizar-se por cada decisão. O ato de diagnosticar deve envolver a construção de uma possibilidade, considerando que a aprendizagem, o conhecimento e a escolarização são sempre produções que, segundo Vasques (2010), são histórias lidas, escritas e reinventadas no encontro entre sujeitos e instituições. Desde modo compreende-se que se trata de educação a inclusão escolar envolve uma construção compartilhada.

O documento do Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) do Ministério da Educação (2010), explica que o TGD também causa variações na atenção, na concentração e, eventualmente, na coordenação motora. As mudanças de humor sem motivo aparente e os acessos de agressividade são comuns em alguns casos. As crianças apresentam seus interesses de maneira distinta e podem focar sua atenção em uma só atividade, como por exemplo, observar determinados objetos. Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra

especificação. Abaixo seguem as definições desse documento de tais síndromes para melhor entendimento:

Autismo: Características principais: No desenvolvimento da interação social e da comunicação e pode haver atraso ou ausência do desenvolvimento da linguagem. Transtorno ou Síndrome de Asperger: Características principais: Prejuízo persistente na interação social, desenvolvimento de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. Síndrome de Rett: Características principais: Desenvolvimento de múltiplos déficits específicos após um período de funcionamento normal nos primeiros meses de vida, prejuízo severo no desenvolvimento da linguagem expressiva ou receptiva. Transtorno Desintegrativo da Infância: Características principais: Regressão pronunciada em múltiplas áreas do funcionamento, após um desenvolvimento normal constituído vesical, o de comunicação verbal e não verbal, relacionamentos sociais, jogos e comportamentos adaptativos apropriados para a idade. Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação: Características principais: Prejuízo severo no desenvolvimento da interação social recíproca ou de habilidades de comunicação verbal e não verbal ou comportamentos, interesses e atividades estereotipados. (Brasil, 2010, p.13-14).

Deste modo podemos compreender que o Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) está relacionado as outras síndromes: Autismo, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Síndrome de Heller ou Transtorno Desintegrativo da Infância; Transtorno Invasivo do Desenvolvimento Sem Outra Especificação (também conhecido como Autismo Atípico). As características desses transtornos estão ligadas a problemas no desenvolvimento de funções que são basicamente para a interação humana, como socialização, comunicação (oral ou escrita) relacionada ao comportamento, entre outras.

As discussões abrangendo essas questões da inclusão escolar, estão presentes no cotidiano das escolas. A autora Chiote busca analisar o brincar como uma atividade infantil que não é natural para a criança com autismo.

Segundo Chiote (2012), afirma que “realizou um estudo em que analisa o papel da mediação pedagógica no desenvolvimento do brincar da criança com autismo na educação infantil”. Pois nesse cenário repleto de dificuldades os alunos com Transtornos do Espectro Autista com suas características marcadas por dificuldades na imaginação e comunicação, reconhecido, portanto como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, de acordo com o segundo inciso da lei 12.764/ 12 que trata da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, todo autista tem o direito de frequentar a escola regular, e determina que a escola ofereça todos os recursos e adaptações necessárias para que a inclusão de fato ocorra.

O papel do professor da educação especial desempenha uma contribuição para a permanência do aluno com autismo na sala de aula, o professor regente e o professor de apoio deve trabalhar em conjunto para que isso ocorra, promovendo recursos para aprendizagem do aluno. Desde modo desenvolvendo assim um trabalho colaborativo do professor de sala de aula, professor da educação especial e o envolvimento da escola como todo, assim facilitando a inserção desse aluno autista na escola.

Dessa forma, reorganizar as escolas favorecendo o desenvolvimento pleno do aluno autista assim como se espera que aconteça com os demais alunos, justifica a opção por esse tema cujo objetivo geral é verificar as principais possibilidades e dificuldades encontradas nas escolas que atendem alunos com TEA no ensino regular. A metodologia desse trabalho caracteriza-se como um estudo bibliográfico de cunho qualitativo sobre o tema do autismo.

2. Transtorno espectro autista na escola

2.1 Autismo o princípio: conceito de autismo

O termo autismo tem alguns conceitos, a palavra autismo deriva do grego que significa em si mesmo, se faz uma referência a sujeito retraído que evita qualquer contato social com o mundo exterior, podendo ser mutismo que por muitos estudiosos é considerado um transtorno que se recusa a se comunicar verbalmente e não verbalmente.

Segundo Roudinesco, Plon, 1944, p. 57 – “O termo de autismo vem do grego que significa em si mesmo. Faz referência a um sujeito retraído que evita qualquer contato com o mundo exterior e que pode chegar inclusive ao mutismo (Roudinesco; Plon, 1944, p. 57).”

Pela DSM IV, 1994 - (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) ou Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações MentaisPOR ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos MentaisBRA), a definição de Autismo é um Transtorno neurológico que caracteriza o comprometimento da interação social, a comunicação verbal e não verbal, comportamento restrito e repetitivo.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1998), é uma Síndrome presente desde o nascimento, que caracteriza respostas anormais a estímulos auditivos ou visuais e problemas a compreensão da linguagem verbal e não verbal, quando a fala demora

aparecer ocorre às ecolalias, uso inadequado dos pronomes, estruturas gramaticais e uma incapacidade da utilização social.

O termo autismo foi criado primeiramente pelo psiquiatra suíço Paul Eugen Bleuler em 1908, para descrever um paciente esquizofrênico que fugia da realidade para um mundo interior, a partir disso surgiu os pontos fundamentais da história do autismo (Cunha, 2012, p 20).

O psiquiatra Paul Eugen Bleuler nasceu numa pequena cidade chamada Zollikon perto de Zurique, na Suíça em 30 de abril de 1857 e faleceu em 15 de julho 1939, estudou medicina em Zurique, e assumiu um cargo no Burgholzli um hospital universitário e em 1886 foi nomeado diretor da clínica psiquiátrica de Rheinau, um hospital localizado em um monastério numa ilha do Reno. Eugen Bleuler foi um psiquiatra notável e que ficou conhecido por nomear a esquizofrenia, contribuiu para o entendimento na doença que era anteriormente conhecida como demência precoce, Bleuler nas suas pesquisas entendeu que a condições de um esquizofrênico não era uma demência ou exclusiva de um indivíduo, deste modo o psiquiatra Bleuler foi o primeiro a se referir a um dos critérios de diagnóstico de esquizofrenia, os quais ficaram conhecidos como os quatros A's de Bleuler, são: alucinações, afeto desorganizado, incongruência e autismo.

A partir deste estudo pelo Psiquiatra Bleuler surgiu Leo Kanner e o Hans Asperger, foram os pioneiros na pesquisa no autismo. O especialista psiquiatra pediátrico Chaskel Leib Kanner era filho de judeus ortodoxos que nasceu na Austrália em 13 de julho de 1894 e faleceu em 4 de abril de 1981, em 1913 entrou para a universidade mas teve um período servindo no Exército Austríaco, no período da Guerra Mundial e reassumiu os estudos obtendo o diploma de Medicina em 1921, Kanner odiava o seu nome e por isso retirou o Chaskel e mudou Leib para Leo e assim ficou conhecido como Leo Kanner, suas habilidades e genialidade médica eram evidente na área de especialidade em Psiquiatria Pediátrico (Grinker, 2010).

Leo Kanner em 1943 foi o primeiro mencionar a descrição da condição do autismo para o mundo. Esta pesquisa constatou uma nova síndrome na psiquiatria infantil denominada a princípio de distúrbio autístico do contato afetivo, esta denominação de Kanner deve a observação clínica de crianças que não se enquadravam em nenhuma das classificações existentes na Psiquiatria infantil, para Kanner foi possível observar uma inabilidade no relacionamento interpessoal nas crianças que a diferenciava de outras patologias, como atrasos na aquisição da fala e dificuldades motoras, deste modo Kanner definiu o autismo

como uma patologia que se estruturava nos dois primeiros anos de vida, de acordo com Grinker (2010).

Johann Hans Friedrich Karl Asperger nasceu em Viena na capital da Austrália em 18 de fevereiro de 1906 e viveu sua vida como médico pediátrico na área de psiquiatria e professor até o seu falecimento em 21 de outubro de 1980. Hans Asperger descreveu os vários casos de crianças atendidas na Clínica Pediátrica Universitária de Viena. Asperger desconhecendo a descrição do médico Psiquiátrico Leo Kanner do autismo infantil precoce publicado somente um ano antes, Asperger descobriu o autismo de modo independente e em 1944 publicou suas observações “A Psicopatia autista na infância”. Os estudos de Hans Asperger foram desconhecidos até a década de 80, pois suas descrições do Autismo foram feitas em alemão no pós-guerra e sendo assim não foi traduzida para outra língua até a década de 80. As primeiras comparações foram feitas nos anos de 1970 dos trabalhos de Kanner. (Wikipedia).

3. O que é Autismo

O autismo também é conhecido como transtorno autístico, autismo da infância, autismo infantil e autismo infantil precoce, transtorno desintegrativo da infância (TDI) e transtorno do espectro autista (TEA) o mais conhecido, todas essas nomenclaturas são um transtorno neurológico caracterizado por comprometimento na capacidade do indivíduo se comunicar e interagir com outras pessoas. “É os prejuízos nos mecanismos biológicos estão relacionados a adaptação sócias levando a emergência de fenótipos heterogêneos, associadas aos quadros de Transtornos Globais do Desenvolvimento” (Santos, 2013, p.06).

O autismo faz parte de espectro de condições que limitam habilidades do indivíduo a interação social, comunicação verbal e não verbal e comportamento. Pois trata de uma condição de desordem no desenvolvimento cerebral. O Transtorno do Espectro Autista é definido pela presença de déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, atualmente ou por histórias prévia, de acordo com DSM-V (2013).

O Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) está relacionado à síndrome do autismo porque apresenta vários sintomas e sinais que definem tal síndrome e diagnosticado em crianças no início do desenvolvimento humano, com características peculiares a essa síndrome. Segundo Passerino (2012, p.226) “o autismo é uma síndrome e pertence ao Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), caracterizado pela ausência de interação social, comportamento, comunicação e linguagem”.

Esse transtorno causa uma dificuldade em se relacionar com o outro, no sentido de troca de diálogo, fixar os olhos em algum objeto específico. Por exemplo, dentro de sala de aula esse aluno não ingressa com facilidade em uma roda de brincadeiras, ou na roda de conversa, e também em relatar o seu cotidiano.

Segundo Orrú (2012, p.21), o autismo atualmente é considerado como: “Uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento [...], é uma disfunção orgânica e não um problema dos pais [...] e é de origem biológica.

De acordo, com Silva (2012, p.21), salienta esta nova perspectiva sobre o autismo como sendo de fatores originadores e de desenvolvimento, respaldado nas neurociências, cujo estudo tem demonstrado:

Que indivíduos com autismo aparentam ter dificuldades na área cognitiva de funções executivas. Essas funções são um conjunto de processos neurológicos que permitem que a pessoa planeje coisas, inicie uma tarefa, controle-se para continuar na tarefa, tenha atenção e, finalmente, resolva o problema (Silva, 2012, p.21).

Do Ministério da Educação (2010), o documento do Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), explica que o TGD também causa variações na atenção, na concentração e, eventualmente, na coordenação motora. As mudanças de humor sem motivo aparente e os acessos de agressividade são comuns em alguns casos. As crianças apresentam seus interesses de maneira distinta e podem focar sua atenção em uma só atividade, como por exemplo, observar determinados objetos.

Nesse mesmo documento aborda o autismo com outras síndromes, tais como: Autismo; Transtorno ou Síndrome de Asperger; Síndrome de Rett; Transtorno Desintegrativo da Infância; Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação. Abaixo seguem as definições desse documento de tais síndromes para melhor entendimento:

Autismo: Características principais: No desenvolvimento da interação social e da comunicação e pode haver atraso ou ausência do desenvolvimento da linguagem.

Transtorno ou Síndrome de Asperger: Características principais: Prejuízo persistente na interação social, desenvolvimento de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. **Síndrome de Rett:** Características principais: Desenvolvimento de múltiplos déficits específicos após um período de funcionamento normal nos primeiros meses de vida, prejuízo severo no desenvolvimento da linguagem expressiva ou receptiva. **Transtorno Desintegrativo da Infância:** Características principais: Regressão pronunciada em múltiplas áreas do funcionamento, após um desenvolvimento normal constituído vesical, o de

comunicação verbal e não verbal, relacionamentos sociais, jogos e comportamentos adaptativos apropriados para a idade. Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação: Características principais: Prejuízo severo no desenvolvimento da interação social recíproca ou de habilidades de comunicação verbal e não verbal ou comportamentos, interesses e atividades estereotipados. (Brasil, 2010, p.13-14).

Conforme esse documento oficial do Ministério da Educação (2010), que apresenta os tipos de transtornos da Síndrome de autismo, observa-se que cada uma dessas síndromes apresenta suas especificidades e um desenvolvimento específico de acordo com a deficiência.

Nesse sentido, de acordo com Mello (2004), o autismo é uma síndrome que se caracteriza por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação. As pessoas com autismo apresentam, desde cedo, um distúrbio severo do desenvolvimento, principalmente relacionado à sua comunicação e interação social. Entretanto, em alguns casos, podem apresentar incríveis habilidades motoras, musicais, de memória e outras, que muitas vezes não estão de acordo com sua idade cronológica.

A comunicação não é apenas representada pela fala ou por diálogo, mas do uso hábil dos instrumentos de mediação, que é a linguagem humana. Além disso, a falta de comunicação é consequência da falta de compreensão dos símbolos, expressões corporais (comunicação não verbal) e temporais (tempo). Trazendo uma desorganização do estado mental e toda estrutura cognitiva.

Alguns pesquisadores como (Hobson,1993; Jordan; Powel,1995; Peeters, 1998; Sigman; Capps, 2000) dizem que “esse déficit” na simbolização afeta a comunicação, pois há necessidade de um uso ativo de símbolos para representação, especialmente quando se trata de situações que envolvem elementos mais abstratos como sentimentos, emoções, entre outros.

Como a comunicação está relacionada à combinação de símbolos, para o autista essa comunicação se torna uma barreira, no sentido de sua decodificação e compreensão do significado dos símbolos e signos. Para Vygotsky (2001) a função comunicativa da linguagem emerge na função indicativa e permite estabelecer o processo de comunicação pela escolha e combinação de símbolos.

A tecnologia assistiva é utilizada como instrumento de acessibilidade e inclusão, o qual visa integrar tecnologia e inclusão em uma ferramenta capaz de atender e auxiliar alunos com necessidades educacionais especiais. Para Santos (2010, p.54) as tecnologias assistivas representam “os recursos que visam a expansão de possibilidades dos portadores de necessidades especiais [...]”.

A Tecnologia Assistiva (TA) coloca a serviço da criança autista, pois possibilita formas de romper o mundo do autista, pois rompe barreira de comunicação e isolamento na qual a criança autista se encontra, através de um novo método o autista pode fazer entender em seus desejos, sonhos, vontades, assim se utilizando a pranchas comunicativas disponíveis em Software educativo que lança mão das figuras PECS (Picture Exchange Communication System) “que é um sistema de comunicação através da troca de figuras, que visa ajudar a criança a perceber que através da comunicação ela pode conseguir muito mais rapidamente as coisas que deseja” (Mello, 2007 p. 39), assim a criança autista terá maiores possibilidades de expressar e se comunicar com o mundo que a cerca.

4. Escola e Ensino Regular para o Autista

O Ministério Público Federal publicou um documento O acesso de estudantes com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular, em 2004, que teve como objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, que reafirma o direito e os benefícios da escolarização de estudantes com e sem deficiências nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 2004).

Como vem crescendo os casos com crianças com autismo, uma mãe que recebeu o diagnóstico do seu filho com autismo lutou pelos direitos do seu filho, no ano de 2012 foi sancionada pela Presidente Dilma Rousseff a Lei Ordinária Federal nº 12.764, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, foi um fruto do projeto de lei do Senado Federal nº 168/2011, de sua Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, apresentada pela Associação em Defesa do Autista e foi batizada de Lei Berenice Piana, em homenagem a essa mãe com filho autista. No dia 2 de abril ficou conhecido Mundialmente o Dia de Sensibilização para o Autismo.

Esta lei é mais abrangente que o termo Autista, pois a expressão pessoas com Transtorno do Espectro autista abrange várias síndromes como: Asperger, Kanner, Heller Ou o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento Sem Outras Especificações.

A escola tem um papel importante para o desenvolvimento do aluno autista. Uma educação adequada na escola é preciso mais que incluir o educando no meio escolar. A escola está inserida na educação entre a família e a sociedade, de modo que se adquirem princípios e regras estabelecidas para o convívio, seja o indivíduo dito como normal ou com necessidades especiais, exigir posturas comportamentais diferentes de casa e na escola, dessa maneira para o autismo poderá trazer grandes prejuízos, pois é necessário que a família e a escola

juntamente com o docente trabalhem da mesma maneira e estabelecendo os mesmo princípios e assim permitirá uma harmonia na educação e aprendizagem do autista. Uma educação adequada na escola é preciso mais que incluir o educando no meio escolar.

O aluno com autismo apresenta as concepções teóricas de alguns autores sobre o indivíduo autista, pois o autista tem dificuldades na aprendizagem e compreender o que realmente o professor quer, uma vez que muda de foco ligeiramente e se concentra em estímulos que geralmente são visuais e sonoros. Para melhorar o aproveitamento em sala de aula, a redução desses estímulos é essencial, pois o estudante autista consegue captar sons que podem ser imperceptíveis para o professor. As cortinas nas janelas e a falta de decoração podem ajudar bastante (Braga, 2010).

A escola deve propiciar aos alunos com necessidades educacionais especiais o convívio social com outros alunos da mesma faixa etária, estimulando sua interação e diminuindo seu isolamento. Para isso, é necessário respeito às especificidades da criança autista. A interação com pares é de suma importância para o desenvolvimento de qualquer criança. Portanto, a inclusão do indivíduo com autismo no ambiente escolar, e no ensino regular preferencialmente, propicia o desenvolvimento tanto do sujeito autista, quanto das outras crianças, tendo em vista que essas aprendem a conviver e respeitar as diferenças (Camargo; Bosa, 2009).

Incluir não é só integrara [...] Não é estar dentro de uma sala onde a inexistência de consciencialização de valores e a aceitação não existem. É aceitar integralmente e incondicionalmente as diferencias de todos, em uma valorização do ser enquanto semelhante a nós com igualdade de direitos e oportunidades. É mais do que desenvolver comportamentos, é uma questão de consciencialização de atitudes (Cavaco, 2014, p. 31).

É necessário o relacionamento social das crianças como toda gama da diversidade vivida pela escola, deste modo, então saber viver e conviver com a diferença. A inclusão vai além da estrutura e da boa vontade dos profissionais da educação, “incluir é aceitar, é sentir a educação além do contexto físico do espaço sala ou escola, é, sobretudo, uma forma de estar e de ser dos pais, dos docentes e não docentes, das escolas, da sociedade e do mundo em geral. Isto é inclusão” (Cavaco, 2014, P. 36). Incluir não envolve somente a escola inteira, mas toda sociedade em que a escola está inserida. Uma educação adequada na escola é preciso mais que incluir o educando no meio escolar.

Como a escola é o segundo lugar de convivência, as crianças enfrentam alguns desafios na interação social e para a criança com autismo os desafios são ainda maiores,

principalmente por sua limitação na habilidade do indivíduo a interação social, comunicação verbal e não verbal e comportamento. E a escola enfrenta uma carência de qualificação profissional para o diagnóstico e atendimento à criança autista, a escola tem dificuldade em receber estes educandos.

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao nosso ambiente. Este comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo com comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área. (Santos, 2008, p.9)

Santos (2008) afirma que, “a escola tem um papel importante na investigação diagnóstica, pois é o primeiro lugar de interação social que a criança é separada de seus familiares”. E onde a criança vai ter maiores dificuldades em se adaptar às regras sociais. O que é difícil para um autista. A inclusão do autismo na escola é um direito que virou lei no ano de 2012 a Lei nº 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, mesmo sabendo que é proibido por lei recusar a matrícula a estudantes com deficiência.

Não é uma tarefa fácil ingressar na escola crianças com diagnósticos de autismo, devido às especificidades que apresenta esta criança autista (dificuldades na comunicação, na interação social e problemas no desenvolvimento de forma geral). Para a criança autista e a escola também encontra desafios pelo caminho, além de buscar as regularizações necessárias ao cumprimento do direito da criança autista diante das necessidades jurídicas e das necessidades em termos de formação profissional, há a questão da convivência com os colegas que precisa ser trabalhada de forma esclarecedora, para que episódios de exclusão possam ser evitados.

A escola é preciso receber e acolher os alunos, independentemente de sua condição seja temporário ou permanente, pois o objetivo da escola e do docente é desenvolver um papel pedagógico capaz de educar e incluir todos aqueles que apresentam dificuldades no processo educacional. Porém a grande maioria das escolas ainda não se encontram preparadas para enfrentar o desafio de ter uma criança autista, não terem ambientes adequados, falta de profissionais especializados, matérias de ensino de qualidade, sala de aula, entre outros, todos esses fatores são essenciais para o processo do desenvolvimento e socialização da criança com

autismo, mas sem esquecer-se de respeitar o limite de cada um dentro de suas necessidades especial.

Brande e Zanfelice afirma (2012), as escolas estão enfrentando grandes desafios em receber todos os dias crianças com transtornos invasivos do desenvolvimento, pois ela tem que adequar o ambiente e utilizam de várias metodologias pra se trabalhar com esse tipo de deficiência ou com qualquer outro.

O autismo ainda é um desafio para os profissionais da medicina e educação, pois a causa do autismo ainda é desconhecida, devido ao desconhecimento de suas causas, tratamentos preventivos ainda não são oferecidos, mas há um consenso em afirmar que precisa ser detectado e tratado o quanto antes e preciso manter uma rotina e terapias específicas para cada criança e grau de comprometimento. Além dos profissionais da saúde envolvidos como pediatras, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais os profissionais da educação fazem parte desse processo no desenvolvimento do autista, como ainda não há uma cura descoberta. “O tratamento das crianças autistas sugere adotarmos uma posição favorável à interdisciplinaridade (médicos, psicólogos, pedagogos, psicomotricistas, psicopedagogos, etc..).” (Machado, 2001, P. 21). Dessa maneira trabalhando em conjunto escola, docente e família a criança com autismo terá uma melhora significativa no tratamento e a educação pode ser o mais efetivo para deles.

Cabe à escola priorizar a qualidade do ambiente e dos docentes que irão trabalhar com criança autista, não somente na hora da contratação, mas preparar os profissionais que estão mais tempo, pois ele também necessita de preparo para receber estes alunos autistas em sala de aula, os docentes além de transmitir o conteúdo terá que interagir a criança com autista ao meio na qual ela está inserida, além de ser responsável pelo processo de aprendizagem. Neste cenário são inúmeros os desafios que o docente encontra com alunos autista, pois é necessários alternativas pedagógicas e jogos e brincadeira no planejamento para que possa prender a sua atenção para melhor desenvolvimento no processo de ensino/aprendizagem e na inserção do meio social e escolar desde modo o aluno com autismo, para isso, é importante fazer uso “de alternativas diversas (jogos, brincadeiras e experimentação de diferentes estratégias)” (BRASIL, 2012, p.7).

Segundo BRASIL (2012), afirma que “a infância se configura como uma fase do desenvolvimento humano que assume grande relevância para a formação do indivíduo particularmente através do brincar, que é uma construção cultural e social transmitida experimentada autonomamente ou construída por meio das relações inter e intrapessoais,

influenciadas pela estrutura da sua rede social, dos processos educativos e acesso aos bens materiais e culturais.

A criança com autismo necessita ser inserida no contexto da educação, não somente na referência da educação infantil, mas na realidade dos docentes que trabalham com a inclusão. O brincar se manifesta como uma ação pedagógica e na afetividade, para que pudessem ter contato e na interação com as outras crianças, pudessem ultrapassar a dificuldade inicial da falta ou pouca comunicação que o aluno autista possa ter e desde modo é um fator de inclusão das crianças com espectro autista.

Segundo Cavalcante (2016), afirma que o brincar em sua própria natureza, se manifesta proporcionando interação, inclusão dos processos de socialização e aprendizado, é intente-lo como uma habilidade/prática resiliente, que abarca: espaços, objetos, instrumentos, músicas, imagens, emoções, sentimentos, contato, dialogo e as reações, que são tecidas em conjunto e conformidade com as especificidades de cada criança – dentro da ação pedagógica, mobilizadora dos processos de formação humana e do conhecimento de si, permitindo revisitar essa cosmogonia da brincadeira, fazendo parte dessa realidade para que através da intervenção resiliente, ambos crianças e professoras, aprendem sobre si mesmo, se educam e se incluem.

Portanto e de suma importância o preparo dos profissionais que irão ter contato direto com os alunos autista, pelo fato de eles não se relacionar, ter dificuldade na linguagem e até em alguns casos a ser até agressivo, o contato elas tornam – se difícil e por isso requer paciência, dedicação e cuidado, pois é um trabalho contínuo repetitivo, mas de recompensas muitas satisfatórias.

5. Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Alunos com Autismo

O atendimento especializado é todo atendimento que esteja voltado às especificidades das crianças. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) “contempla e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta pedagógica pelos sistemas de ensino” (Brasil, 2010, p.17).

O AEE tornou-se direito após o decreto de nº 6.571/2008 estabelecido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, sendo “um serviço da educação especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (Brasil, 2010, p.17). Este trabalho é realizado na Sala de

Recurso Multifuncional, realizando atividades voltadas aos alunos considerados deficiências e/ou com transtornos, sendo estes:

Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial; Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais, recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro autista e psicose infantil; Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seus interesses. (Brasil, 2010, p.17).

Tal atendimento desenvolve atividades a todos esses alunos citados, e tem uma carga de importância devido à realização da particularidade do aluno. Dessa forma, proporcionando a promoção do indivíduo, no caso do aluno autismo serão realizadas atividades que ampliem seu campo de visual, interação social e atividade de vida diária. No entanto, é necessário que o trabalho de AEE esteja articulado com o trabalho realizado em sala de aula e/ou nos Centros de Atendimento Educacional Especializado, sendo que ambos não substituem a educação básica.

Além disso, a inserção na AEE é “condicionada à matrícula na rede regular de ensino” (BRASIL, 2010, p.18), e os eixos a serem abordados são: “elaboração conjunta de planos de trabalho durante a construção do Projeto Pedagógico”, estudo e a identificação do problema pelo qual um aluno é encaminhado”, discussão do AEE com todos os membros”, desenvolvimento em parceria de recursos e materiais didáticos”, formação continuada dos professores” (Brasil, 2010, p.18).

Nesse sentido, esse planejamento além de tornar mais eficaz o desenvolvimento do aluno, também possibilita que a educação especial não seja apenas um trabalho dos profissionais afins, mas principalmente de toda a comunidade escolar.

Assim, o Ministério da Educação elaborou o documento A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar – Transtornos Globais do Desenvolvimento que aborda o AEE e o aluno com TGD. Esse documento explicita que o desenvolve “práticas educativas propiciadoras de desenvolvimento das competências sócio cognitivas destes alunos” (Brasil, 2010, p.38). O mesmo documento atribui o envolvimento do professor nas “estratégias no cotidiano escolar e de cada escola”, pensando tanto nas particularidades do aluno, quando do

contexto da escola, criando instrumentos pedagógicos e avaliando a evolução do aluno por meio de registro diários que elevem sua aprendizagem.

Dessa forma, podemos considerar o atendimento educacional especializado como uma ferramenta oferecida nas escolas públicas e privadas e também nos centros educacionais, e uso essencial no crescimento da interação social do autismo, como também, no crescimento acadêmico, pensamos não apenas no presente do aluno, mas principalmente na sua autonomia.

Se todos os estímulos forem bem desenvolvidos em todo o contexto social, a criança com autismo poderá ter o convívio regular em todas as faculdades sociais, tem como influência sua família, escola e a sociedade.

6. Considerações Finais

A pesquisa foi desenvolvida por meio de leituras bibliográficas de autores como Cunha, Cavaco, Santos, Baptista, Orrú, entre outros, podemos observar o quão é amplo essa inclusão escolar onde o docente, a família e a escola têm seu papel fundamental para intermediar o desenvolvimento no processo de ensino/aprendizado do aluno com autismo. São vários os desafios que o a escola juntamente com o docente enfrenta para efetivar a inclusão do aluno com autismo na escola. O docente é peça chave para a ação educacional junto com o a escola para que o aluno autista seja inteiramente incluído no seu meio social, como para o autista a sua maior dificuldade é a comunicação com os demais colegas à falta de socialização com as do seu convívio inclusive com as próprias pessoas da família a falta de nexos com a realidade do mundo em sua volta, o docente necessita englobar conceitos e práticas pedagógicas que criem as condições para uma prática educativa coerente na inclusão do aluno autista na sua interação social.

A escola necessita conhecer bem sua clientela para a fim de melhor atender as suas reais necessidades, trabalhar com aluno autista é um processo árduo e contínuo e exige do docente uma disciplina, sensibilidade, um desenvolvimento pedagógico e práticas e a escola tem que dar todo suporte necessário para um bom desenvolvimento com este aluno autista.

Compreender o autismo é abrir caminhos para o entendimento do nosso desenvolvimento. Estudar autismo é ter nas mãos um “laboratório natural” de onde se vislumbra o impacto da privação das relações recíprocas desde cedo na vida. Conviver com o autismo é abdicar de uma só forma de ver o mundo - aquela que nos foi oportunizada desde a infância. É pensar de formas múltiplas e alternativas sem,

contudo, perder o compromisso com a ciência (e a consciência!) – com a ética. É percorrer caminhos nem sempre equipados com um mapa nas mãos é falar e ouvir uma linguagem, é criar oportunidades de troca e espaço para o nosso saber ignorância [...] (Bosa, 2002, p. 13).

Desde modo podemos compreender que para entender o mundo que um autista vive, o docente necessita abdicar da maneira de ver só um mundo, ver com outros olhos e abrir caminhos para o seu desenvolvimento. Estudar um aluno autista é ser capaz de entender a profundidade diária da batalha em busca do desenvolvimento, pois a jornada exige muita dedicação, força e paciência, pois é uma Síndrome que a ciência tenta entender e descobrir uma maneira para que os autistas não tenham privações das relações.

Referências

Associação Americana De Psiquiatria. Manual de diagnóstico e estatística de transtornos mentais (dsm – IV). (4a ed.), São Paulo: Manole, 1994.

Baptista, C. R., Bosa, C. Autismo e Educação: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Editora Artmed, 2002.

Brande, C. A., Zanfalice, C. C. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens. Ver. Educ. Espec., Santa Maria, 25(42), 43-56, 2012.

Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN. Brasília: Senado Federal, 1996. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

Brasil. Lei nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

Brasil. Ministério Da Educação. Conselho Nacional De Educação Câmara De Educação Básica. Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf.

ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente. Equipe Eureka. São Paulo: Eureka, 2015.

Brasil. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. A alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva. Brasília, 2012.

Cavaco, Nora. Minha Criança é Diferente? Diagnóstico prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

Cavalcante, M. O brincar na diferença: Um olhar para as crianças com deficiência. Produção de Território do Brincar. 2016. (101 min.), son., color. Série 7. Recuperado de <https://territorio-dobrinca.com.br/videos/videoconferencia-7-o-brincar-na-diferenca-um-olhar-para-as-criancas-com-deficiencia/>.

Cunha, E. Autismo e Inclusão: Psicopedagogia e Práticas Educativas na escola e na Família. Rio de Janeiro. Wak Editora, 2012.

Declaração De Salamanca: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>.

Ropoli, E. A., et al. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. Coleção a Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar. A escola comum inclusiva. Universidade Federal do Ceará, 2010.

Grinker, R. R. Autismo Um Mundo Obscuro E Conturbado. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.

Orrú, S. E. Autismo, Linguagem e Educação: Interação Social no Cotidiano Escolar. (3a ed.), Rio de Janeiro. Ward Editora, 2012.

Santos, A. M. T. Autismo: Um desafio na alfabetização e no convívio escola. São Paulo. CRDA, 2008.

Santos, S. V. Educação Inclusiva: considerações acerca do uso das tecnologias contemporâneas. Revista Espaço Acadêmico. (109), 51 – 57. Recuperado de <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/8902/5693>.

Silva, A. B. B. Mundo Singular: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

Wikipedia. Wikipedia a enciclopédia livre - Autismo. Recuperado de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Autismo>.

Wikipedia. Wikipedia a enciclopédia livre – Eugen Bleuler. Recuperado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Eugen_Bleuler.

Wikipedia. Wikipedia a enciclopédia livre - Leo Kanner. Recuperado de https://pt.wikipedia.org/wiki/Leo_Kanner.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Graziela Cristina Jara – 50%

Caroline Xavier Siqueira - 6,66%

Dorismar Recaldes - 6,66%

Ivanio Folmer – 6,66%

Gabriella Eldereti Machado – 30%